

O DÓLAR E O REAL

HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS*
Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas

Os sucessivos aumentos do dólar criam uma situação de grande insegurança para a economia brasileira e de prejuízos imediatos para a população, porque produtos de grande importância na economia, entre eles o trigo e o petróleo, têm seus preços fixados em função do valor do dólar e de sua paridade com o real. Cerca de 80% do trigo de que depende o pão que os brasileiros consomem e 40% do petróleo que aciona os veículos nacionais são importados.

As intervenções do Banco Central- venda diária, por enquanto, de US\$ 50 milhões, swap cambial e leilões – fracassaram, até agora, na tentativa de controlar o aumento da moeda norte-americana e a conseqüente desvalorização do real.

Os resultados dessa situação de instabilidade cobram alto preço à economia do País. No plano internacional, aumenta o temor de emprestar dinheiro a países emergentes, entre eles o Brasil, justamente na fase em que necessitamos mais de recursos. E o dinheiro disponível no mercado tem o gosto amargo de juros cada vez mais caros e prazos cada vez mais curtos. Aumento do dólar, representa aumento da nossa dívida.

As altas proporções de endividamento do setor público brasileiro – equivalente a quase 60% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional – fazem com que a entrada de recursos externos seja imprescindível à rolagem da dívida. Para usar uma linguagem médica, a rarefação desses recursos é como se faltasse ar para um paciente de males diversos e graves.

As incertezas geradas pela turbulência no mercado externo contagiam o interior da economia brasileira, nossas indústrias, nossa

agricultura, nosso comércio. O sistema de crédito está com o pé atrás, limitando-se quase ao desconto de duplicatas e (ou) notas promissórias.

Menos dinamismo na economia, menos crédito, significam redução no mercado de trabalho, na oferta de emprego, num período em que as taxas de desempregados já são preocupantes. Os que estão empregados assistem, impotentes, a renda do seu trabalho cair há nada menos 17 meses consecutivos.

O valor de mercado das empresas que negociam suas ações na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) caiu R\$ 50 bilhões desde janeiro deste ano, refletindo a dieta infame a que estão submetidos os negócios.

É um ciclo vicioso perverso que aperta o pescoço da economia e escurece os horizontes do desenvolvimento. Como existem graves problemas a serem superados para manter em dia os compromissos financeiros do País, a taxa de risco brasileira, avaliada pelo EMBI (Emerging Markets Bonds Index) do JP Morgan bate todos os recordes, nivelando-nos ao que de mais arriscado e problemático existe entre todas as nações.

Todas as pessoas que têm alguma noção de economia só enxergam saídas para a crise brasileira com o aumento das exportações e a substituição das importações, com o que seria possível gerar saldos expressivos na balança comercial – diferença entre tudo que o Brasil vende e tudo que o Brasil compra -, capitalizando as exauridas reservas nacionais.

Mas os sobressaltos da economia mundial, em especial dos Estados Unidos, fazem dessa meta uma empreitada difícil, inclusive porque todas as nações com os problemas financeiros querem fazer exatamente o mesmo: exportar mais e importar menos.

Vivendo o clima de uma campanha eleitoral renhida para a Presidência da República, Congresso, Governos de Estados e Assembléias Legislativas, raramente ao longo de sua história o Brasil precisou tanto do equilíbrio e do bom senso de suas lideranças para evitar a eclosão de uma crise econômica de graves consequências.

Não podemos garantir o desenvolvimento nacional com aumentos incontidos do dólar, pois a nossa economia fica a mercê dos interesses internacionais, sem qualquer segurança de natureza econômica, com reflexos imediatos na vida de cada cidadão brasileiro.

A distância monetária entre o dólar e o real, significa aumento da dívida interna e externa, empobrecimento nacional, acentuando as desigualdades sociais e regionais, numa verdadeira violência a nossa soberania e a dignidade da pessoa humana.